

Artigo



A LITERATURA E AS “BAIXAS VOZES”: UM ENSAIO SOBRE FICÇÃO, HISTÓRIA E HETEROGENEIDADE

Flávia Biroli*

Resumo

Este trabalho discute comparativamente textos ficcionais e historiográficos, enfocando sua relação com um período específico, os anos 60 e 70, no Brasil. A partir de contos do escritor Ivan Ângelo e de um artigo do historiador Thomas Skidmore, analisamos os modos particulares de negociação com a heterogeneidade constitutiva nos textos, isto é, o modo como as histórias narradas “deixam falar” e o modo como definem “a quem é permitido falar”, assim como os efeitos concretos dessa negociação nas relações que os discursos historiográfico e ficcional estabelecem com o poder, a verdade e o cotidiano. Realizada a análise, concluímos o trabalho com uma breve reflexão sobre o uso didático dos discursos historiográfico e ficcional.

Palavras-chave: ficção, história, heterogeneidade, discurso, Brasil, ditadura militar.

Abstract

This paper discusses fictional and historiographical texts related to a specific period, the 60ies and 70ies, in Brazil. Focusing on fictional stories by the writer Ivan Ângelo and an article by the historian Thomas Skidmore, we analyse the specific ways of negotiating with the constitutive heterogeneity in the texts, meaning the way the stories they narrate “let speak” and the way they define “who is allowed to speak”, as much as the effects of this negotiation in the relationship that fictional and historiographical texts establish with power, truth and everyday life. Once the analysis have been developed, we conclude this paper with a brief reflection on the didactic use of both discourses.

Key-words: fiction, history, heterogeneity, discourse, Brazil, military dictatorship.

* Mestre em História Social pelo IFCH-Unicamp e doutoranda em História Social pela mesma instituição. (biroli@correionet.com.br)

Este ensaio parte de uma observação e segue em direção a um problema histórico e de história.

A observação, nosso ponto de partida, é a de que em alguns casos a literatura ficcional parece ser a possibilidade de manter vivas vozes marginais, “baixas”, que constituem um murmúrio histórico pouco atraente a historiadores e estudiosos em geral. Este parece ser o caso dos contos do mineiro Ivan Ângelo, escritos no início dos anos 70, de que falaremos mais adiante.

O problema para o qual este ensaio aponta é, por sua vez, o da predominância do que poderíamos chamar de uma “planificação” enunciativa nos estudos históricos e sociológicos. Isto não significa que esses estudos coloquem em evidência incessantemente as mesmas vozes, ou os mesmos sujeitos sociais, ou os “dominantes”, se quisermos. Significa, entretanto, que a historiografia e os estudos sociológicos, em grande parte, parecem permitir a manifestação de vozes (sejam elas as vencedoras ou as vencidas) que historicamente “impuseram” ou tiveram condições para tornar possível seu registro.

O murmúrio de tantas vozes sem nome, sem fama, sem cargo, não tendo lugar na maior parte dos estudos de que falávamos, parece transformar-se em discurso em uma certa produção literária ficcional. Talvez esse discurso seja um lugar privilegiado dessa produção ficcional. É disso que passaremos a tratar a seguir, tomando como exemplo contos do já citado escritor e jornalista Ivan Ângelo (Ângelo 1980) e como inspiração principal o texto “A vida dos homens infames”, de Michel Foucault (Foucault 1992).

“VIDAS QUE SÃO COMO SE NÃO TIVESSEM EXISTIDO...”

Tal é a infâmia estrita, aquela que, não sendo temperada, nem de escândalo ambíguo, nem de uma surda admiração, não é compatível com nenhuma espécie de glória” (Foucault 1992, p.103).

É dessa infâmia que falam os textos com os quais se preocupa Michel Foucault em *A vida dos homens infames*. São textos que datam dos séculos XVII e XVIII, na França, provenientes dos arquivos de reclusão, da polícia, das petições ao rei e das *lettres de cachet*¹. Fragmentos de vidas como a de Mathurin Milan, internado em um hospício no início do século XVIII, cujo registro de internamento diz que “sua loucura foi sempre o esconder-se da família, levar uma vida obscura no campo, ser processado, emprestar a usura e a fundo perdido, passear o seu pobre espírito por caminhos esconsos e crer-se capaz dos maiores cometimentos” (Foucault *op. cit.*, pp. 90-91).

Nos registros de existências como a de Mathurin Milan, o autor diz suspeitar um princípio, “um acontecimento importante em que se cruzaram mecanismos políticos e efeitos de discurso”, que produz um tipo de discurso sobre o cotidiano antes desconhecido. Fala da passagem de um esquadriamento do cotidiano produzido pelo cristianismo, principalmente por meio da confissão, em que já havia uma “obrigação de fazer passar pelo fio da linguagem o minúsculo mundo de todos os dias” (p.110), para um outro tipo de esquadriamento, dessa vez administrativo, de que fazem parte os textos que utiliza. Nas palavras do autor, “o mal minúsculo da miséria ou da falta venial já não é remetido ao céu pelo segredar quase inaudível da confissão; acumula-se na terra sob a forma de traços escritos” (p.112). Estabelece-se assim um tipo diferente de relação entre o discurso, o poder e o cotidiano.

Deste novo tipo de relação, nascem novas possibilidades de discurso. Se a força dos textos registrados no trabalho de Foucault parece se exaurir, substituindo-se pela linguagem supostamente neutra de efeitos de esquadriamento contemporâneos e familiares a nós, como o discurso jornalístico, o da ciência em geral, o da medicina e o da psiquiatria, haveria ainda um lugar

¹ As *lettres de cachet* eram documentos emitidos em nome do rei determinando a prisão, internamento ou algum outro tipo de sanção para pessoas consideradas “nocivas” à sociedade. Foucault trabalha com estes documentos e com as cartas/petições enviadas ao rei por súditos que desejam a punição de pessoas próximas (parentes, vizinhos etc.), supostamente “perversas”.

em que os efeitos desse choque entre o poder e o cotidiano conservariam sua força e permaneceriam no limite do trágico, da transgressão, do indesejável. Esse lugar é o da literatura ficcional moderna, ou, como prefere Foucault: é no choque entre o poder e o mais ínfimo das existências, e nos efeitos discursivos que dele se produzem, que tal literatura encontra sua possibilidade de existência.

Segundo o autor,

“A partir do momento em que se instala um dispositivo para forçar a dizer o ‘ínfimo’, aquilo que não se diz, que não merece glória nenhuma, o ‘infame’ portanto, toma forma um novo imperativo que vai constituir o que se poderia chamar a ética imanente ao discurso literário do Ocidente”,

que já não tem por tarefa manifestar a exuberância da força e do heroísmo, mas “ir à procura daquilo que é mais difícil de notar, o mais oculto, o que dá mais trabalho a dizer e a mostrar” (p.125), o que é mais proibido, o que provoca maior escândalo.

A literatura ficcional não deixa, assim, de ser parte desse novo regime discursivo que é, como destaca Foucault, um efeito de poder. Mas é nela que as existências desafortunadas e indesejadas teriam seu lugar, mantendo algo como uma exuberância ou uma potência de que são destituídas, por exemplo, em um noticiário policial de um jornal ou em uma pesquisa sociológica na qual poderiam aparecer transfiguradas em “índices” de criminalidade.

“Ele separou duzentos e cinquenta cruzeiros para comprar seu primeiro pijama...”

compra que tinha planejado há três meses, quando arranjou o emprego de cobrador de ônibus, mas até aquele sábado não pudera comprar porque estava faltando muita coisa em casa, o pai estava sem emprego; dois irmãos menores, de doze e onze anos, faziam biscates comprando jornais velhos nas casas dos bairros melhores (...) mas esse dinheirinho que eles apuravam dava mal-mal para o leite e a carne do dia, não sobrava nada mesmo; já os outros dois irmãos, de oito e seis

anos, esses não faziam nada para fora, só ajudavam em casa, varrendo, tirando poeira dos móveis, comprando uma coisa ou outra na vendinha, de modo que o dinheiro não dava mesmo para o luxo de um pijama”. (Ângelo 1980, p. 73)

O fragmento acima é parte de um conto que compõe o livro *A casa de vidro*, escrito por Ivan Ângelo entre 1978 e 1979. Fala de Adilson, o segundo a ter um pijama na rua sem esgotos onde morava. De um Adilson que teve como ponto alto de seu domingo ir ao bar comprar duas cervejas para o almoço, “vestindo a calça de brim azul e o paletó do pijama e ouvir na volta, depois de ser muito olhado na ida, um zumzum de umas moças que estavam no portão e destacar nitidamente daquele zumzum um não sei que lá sobre o seu extraordinário pijama de listras azuis” (p.76).

Ângelo finalizava seu livro em agosto de 1979, mês em que o então ministro da fazenda, Mário Henrique Simonsen, era substituído pelo já bastante conhecido dos brasileiros Delfim Neto. Delfim seria o segundo a ocupar aquele cargo no governo de João Batista Figueiredo, que havia assumido a Presidência em março de 1979. Como sucessor escolhido por Ernesto Geisel, Figueiredo estaria, portanto, entre os militares que o historiador Thomas Skidmore (1988) define como “moderados” e que, com Geisel e o general Golbery do Couto e Silva à frente, vinham determinando o ritmo de uma abertura política que, ainda segundo Skidmore, modificava a feição da ditadura militar que se instaurara no Brasil desde 1964.

Voltando a Adilson, personagem de Ângelo, vemos que não teria conseguido dinheiro para o aluguel, os cadernos dos irmãos e o pijama de listras azuis se não fosse “a sorte de ele ter aparecido na empresa de ônibus justo no dia que tinham mandado embora um cobrador que estava brigando todo dia com os passageiros por causa de troco (...); o gerente olhou seus documentos e avisou: criou caso vai pra rua, porque gente procurando emprego não falta; foi a única coisa que ele ensinou” (p.74). Ensinou, talvez, o que o historiador Thomas Skidmore, referindo-se ao ano de 1978, transformaria em explicação

histórica com as seguintes palavras: “No cenário econômico havia sinais de tempestade” (p. 50).

Esta tempestade e a opção tomada por Simonsen para enfrentá-la é que teriam transformado este último em alvo de críticas e possibilitado sua substituição por Delfim Neto. Skidmore explica que

“o Brasil conseguira manter um alto crescimento desde o choque do petróleo em 1977, somente, porém, às custas de um rápido aumento do endividamento externo e um superaquecimento da economia. Mário Simonsen (...) considerava que o Brasil não tinha escolha a não ser a desaceleração econômica, em razão do aumento da pressão na balança de pagamentos. Um sintoma claro do problema era a taxa inflacionária, agora ultrapassando sua marca de 1978, que fora de 40%”. (Skidmore 1988, p.50).

Como muitos acreditavam, segundo Skidmore, que Delfim poderia produzir um novo “milagre econômico”, nos moldes daquele que havia aumentado a poupança de camadas das classes média e alta no final dos anos 60 e início dos anos 70, ele voltou ao Ministério da Fazenda. Declarou que poderia conseguir um crescimento rápido, “mas precisava de tempo e recursos”, tais como terra e fábricas de destilaria que, como nos diz Skidmore, “teriam de ser retiradas de outros setores, por exemplo, da produção interna de alimentos” (p.51).

É desse mesmo período, o da nomeada “tempestade econômica”, o diálogo entre uma certa menina (“Dona, me dá um sanduíche?”) e uma certa senhora (“Deu. Por pena, porque a noite era quente e alegre”). A menina, “suja, uns treze anos, pele clara encardida, um rasgo no lado direito do vestido deixando ver quase todo o seiozinho” e a senhora que lhe diz “Já é uma mocinha, não pode andar assim” e que comenta com alguém sobre “o desleixo dos pais e o horror da miséria, veja aí uma garotinha como essa, devia estar estudando, imunda, você viu?, coitadinha, nem banho toma, vai ver nem tem água em casa, é um absurdo, o governo não toma providências” (p.63) são personagens do mesmo Ângelo do final dos anos 70, dos anos em que, segundo Skidmore, a comunidade de negócios estava perturbada e

“qualquer recessão significativa provocaria a liquidação de muitas firmas brasileiras que operavam com capital de giro perigosamente pequeno” (p.50). Produto também desse período é Danival, que “faz o que pode”,

“distribui papelzinho de propaganda de encanador e cartomante; vende amendoim em campos de futebol; vende pipa, gaivota e papagaio nas praias e parques; vende loteria nas mesas noturnas da avenida Atlântica, lava carros, aluga papelão para tapar os vidros dos carros dos banhistas na Barra para o sol não esquentar os bancos, vende vidrinhos com líquido para fazer bolhas de sabão, vende algodão doce em parquinhos infantis, carrega cestas e balaios para os fregueses das feiras, vende ingressos no câmbio negro no dia dos grandes jogos de futebol, toma conta de carro nas noites de ensaio das escolas de samba, distribui papelzinho de propaganda de candidato político a eleições; (...) cameloteia, cata o aproveitável no lixão, passa maconha, conserta telhado em dia de chuva de granizo (...)” (p. 60)

Nesta alternância de textos, fragmentos das vidas de personagens como Danival e Adilson ou explicações históricas que fornecem um fio predominante para a compreensão do período a que se referem (os anos da ditadura militar, no Brasil), podemos observar características do que dizíamos ao iniciar este texto.

A literatura ficcional parece ser habitada por um cotidiano bastante diferente dos números e nomes que habitam o texto historiográfico ao qual nos referimos. Com isso, não queremos dizer que um ou outro texto deveria produzir efeitos ou informações a que não se propôs. Apontamos, entretanto, para o fato de que estabelecem relações bastante diversas com a chamada realidade. E que podem, portanto, produzir leituras bastante diferentes do que poderíamos entender como sendo um mesmo momento histórico, no Brasil.

Voltaremos a essa discussão mais adiante, quando procuraremos caracterizar os dois tipos de textos de que falamos, o ficcional de Ivan Ângelo e o historiográfico de Thomas Skidmore, baseados no tipo de relação que estabelecem com o cotidiano e com a verdade. Procuraremos problematizar, ainda, o efeito desta relação presente nos textos em um possível uso didático

dos mesmos. Mas, antes, gostaríamos de seguir um pouco mais na alternância de fragmentos que vão permitir apontar para nossas observações finais: convidamos o leitor a participar de um diálogo entre o texto de Skidmore, ao qual já vínhamos nos referindo, e o conto de Ângelo que dá nome ao livro “A casa de vidro”.

“Houve protestos. Proibiram os protestos...”

...E no lugar dos protestos nasceu o ódio. Então surgiu a Casa de Vidro, para acabar com aquele ódio. (...) sabe-se que há um vidro porque o vento não passa pela lâmina invisível que separa, impede – e mostra.” (Ângelo 1980, p. 121)

Este é um dos traços da Casa de Vidro: “mostrar impedindo, oferecer negando, dar tirando” (p.140). No conto não há datas ou nomes. Ele se inicia com o Projeto de construção da Casa

– Estão reformando a Central [de polícia], botando umas vitrinas, não sei.
 – Vitrina pra quê?
 – Sei lá. É coisa deles, acha que eu vou perguntar?
 – É. Melhor não se meter.” (p.122)

e termina com a conclusão daquele Projeto

– Eu penso naquela nossa angústia, quando os muros eram fechados, quando a gente mal podia imaginar o que acontecia lá dentro. O não saber, não ver um filho, um irmão, um pai, dava uma angústia tão grande que as pessoas quase ficavam loucas, correndo atrás de advogados, juízes, jornais. Hoje é tudo tão claro. As pessoas vêem e choram e sofrem como diante de um doente grave no hospital. (...)
 – Tão transparente. Nem parece que tem vidro aí.
 – Está louco? E nós? E o sentido de tudo? Coisa horrível. Sem esse vidro a gente perde o sentido.” (p.147).

Diálogos como os que destacamos acima se mesclam a vozes diversas – a do Experimentador, mentor do projeto de construção de uma prisão de vidro que, em sua transparência, encerraria todos aqueles que não respeitassem “a Ordem”, objetivo supremo do projeto; as de editoriais da imprensa, que ao mesmo tempo condenam e dão suporte ao projeto; as de pessoas diversas que observam a Casa de Vidro às vezes assustadas e não poucas vezes maravilhadas; as de familiares das pessoas presas na Casa, que às vezes se revoltam, mas outras vezes aceitam e até afirmam uma função social para o que vêem.

Nosso fio condutor para o diálogo que propomos será o tema da tortura e da violência em geral. Por meio dele, estabeleceremos um paralelo entre o conto de Ângelo e o artigo de Skidmore.

Falando do que teria sido uma explosão do crescimento econômico nos anos de 1968 a 1974 (anos em que estive na Presidência o general Artur da Costa e Silva, que morreu após um derrame cerebral, em 1969, sendo seguido, então, pelo general Emílio Garrastazu Médici, que esteve no poder até 1974), Skidmore ressalta que o cenário na política era menos feliz.

“A estrutura frágil da constituição de 1967 – diz – não podia conviver com a radicalização política crescente. Em 1968 houve enormes demonstrações estudantis e duas importantes greves no setor industrial. O governo reagiu com medidas policiais que se tornaram altamente repressivas, especialmente porque em geral os ‘linha-dura’ comandavam as forças de segurança. (...) A presidência de Médici foi a mais autoritária desde 1964. (...) o Brasil estava sob o controle das forças de segurança, que travavam uma batalha com vários movimentos de guerrilha.” (p.29)

Já na narrativa a seguir, o leitor poderá seguir palavras transfiguradas que nos remetem a explosões diferentes da “explosão econômica” de que falava Skidmore. As inúmeras tentativas contra a Casa de Vidro, relatadas no conto de Ângelo, talvez remetam a batalhas que poderiam conferir outros contornos ao Brasil de que o historiador nos falava há pouco:

“Vinte e cinco pessoas imolaram-se em fogueiras de ódio, cinco cortaram as veias e esvaíram-se até a morte diante do muro de vidro, três explodiram-se com dinamite contra os vidros, mais de cinquenta morreram tentando a escalada, em grupos ou sozinhos. (...) urgentes de ódio e determinação (...) os que se queimariam de ódio vinham surdos e eram cegos ao horror. (...) Os que se partiriam com dinamite em mil pedaços de ódio preferiam a madrugada, quando não havia ninguém ou quase olhando os presos (...) Quando as pessoas começavam a passar, pela manhã, já havia outros vidros no lugar e não se achava quase nenhum despedaço de ódio. (...) Com o tempo e os insucessos os suicídios rarearam. Acabaram.” (Ângelo 1980, p. 127-128)

Apesar da violência das palavras e da repetição insistente do vocábulo “ódio”, o Experimentador, mentor do projeto, afirma no conto que “estava tudo previsto”. O cotidiano mostraria sinais de que a “vitória total contra o Ódio” havia sido alcançada. Vitória de quem? Contra quem? A intriga do conto é tecida sem nomes. É também sem muitos nomes (pelo menos no que se refere àqueles que foram vencidos ou mortos e, menos ainda, se pensarmos naqueles que compartilhavam cronologicamente o momento, mas não eram “mentores” ou “suicidas”, não eram “Médicis” nem “guerrilheiros”) que se constrói a seguinte explanação do historiador Thomas Skidmore:

“Mesmo depois que as guerrilhas foram liquidadas sem misericórdia, os procedimentos arbitrários e as práticas ditatoriais continuaram. Assim mesmo, o presidente Médici conquistou uma legitimidade parcial *de facto* junto aos membros das classes média e alta, em razão dos índices recorde de crescimento econômico e do estabelecimento da ‘lei e da ordem’.

Os anos Médici terminaram com o governo aparentemente mais forte do que em qualquer outra época desde 1964. A ameaça armada da esquerda fora liquidada – os guerrilheiros estavam na prisão, no exílio ou mortos.” (p.29)

Presos, no exílio ou mortos... talvez um desses supostos guerrilheiros, a que se refere Skidmore, pudesse ser alvo destas palavras:

- E o preso aí?
- Tá lá. Num bagaço que dá até pena.
- Que que ele é? Ladrão?

- Boa coisa não é.
- É, eles não vão mexer com quem tá quieto.
- Porra, mas o cara tá num bagaço.
- Fazer o quê? Ninguém é mocinho de cinema.” (Ângelo *op.cit*, p. 125-126)

Ou destas:

- “– Eu estou tranqüilo com a minha consciência.
- Seu próprio filho!
- Pedi várias vezes, aconselhei, não quis me ouvir. Que que eu podia fazer? Vim aqui, falei com os homens, buscaram ele – pedi pra não machucar, lógico – e agora está aí, tomando um corretivo. Eu estou velho, fraco, não posso com ele. Eu penso assim: é um serviço que eles estão fazendo pra mim.” (Ângelo *op.cit*, p.147)

Poderíamos imaginar, ainda, que um diálogo como o seguinte fluiria com facilidade no período em que se encerrava o governo de Médici, quando, como dizia Skidmore, o governo parecia mais forte do que nunca e a “ameaça” da esquerda havia sido eliminada:

- “– Opa! Quanto tempo, hem? Você ainda vem aqui?
- De vez em quando. Sumiu, rapaz.
- Muito ocupado. Casa pra pagar, essa coisa toda. E a vida?
- Vai indo. Sem novidades.
- Tem alguém seu aí [na Casa de Vidro]?
- Não. É meu caminho. E você?
- Passei por passar. Os jornais quase não falam mais nisso aí. Vim ver se mudou alguma coisa.
- A gente se acostuma, não é?
- Fazer o quê? E as crianças?
- Tudo bem. Crescendo, numa boa.” (Ângelo *op.cit*, p. 147)

Numa boa, ou nem tanto. Como nos propõe Skidmore, a chamada “abertura política” ou “descompressão”, iniciada no governo de Geisel, parecia ser um fluxo certo. Mas alguns “incidentes” (termo utilizado pelo historiador) colocavam em risco aquele fluxo. Um deles, descrito com destaque no artigo de Skidmore, é o da morte do jornalista Wladimir Herzog, em outubro de 1975, após ser torturado em uma cela de prisão em São Paulo.

Segundo o mesmo Skidmore, Herzog teria tomado conhecimento de que as forças de segurança do Segundo Exército estavam à sua procura e, “num esforço de colaboração”, teria se apresentado voluntariamente². Como tantos outros, acabou torturado e morto. De acordo com a narrativa historiográfica que tomamos como referência:

“No dia seguinte o comando do Exército anunciou que ele havia cometido suicídio em sua cela de prisão. São Paulo estava estarrecido. Ninguém acreditava na explicação do suicídio. Um importante membro da elite da classe média fora subitamente morto, seguramente pela tortura. Os estudantes entraram em greve na Universidade de São Paulo, e a OAB publicou uma declaração acusando o governo de tortura.” (Skidmore 1988, p. 37)

E, referindo-se a outro “incidente” (reforço que este é um termo recorrente na narrativa de Skidmore, utilizado sempre que algum acontecimento político parece ir na contramão do fio que conduz seu texto: a “descompressão”), a morte do operário Manoel Fiel Filho, após ser interrogado pelo mesmo Segundo Exército, em São Paulo, em janeiro de 1976, o historiador observa:

“(...) Subitamente os jornais vazaram a informação de que ele havia morrido. Alguém poderia duvidar de que ele havia morrido sob tortura? O presidente. Geisel estava lívido.” (p.38)

No diálogo seguinte, podemos entrar em contato com outras vozes, mantendo-nos sob a sombra de um mesmo tema, a tortura:

“O jornal falou que tem tortura aí. Dá pra ver alguma coisa?”

² O texto de Skidmore parece cultivar a imagem de um Herzog apolítico, que, segundo Maria Hermínia Tavares de Almeida e Luiz Weiss (1998), é ilusória. Estes últimos lamentam o fato de que, para se desmascarar a mentira das forças de segurança (a de que o jornalista teria se suicidado), se tenha construído esta imagem. Nas palavras de Paulo Markun, citadas pelos autores, “como se, caso não fosse um cidadão igual aos outros, o regime pudesse ser absolvido de sua morte, indefeso, numa repartição do Exército. Vlado fazia política e tinha plena consciência do que fazia (...)” (p.361).

“Eu não vi. Tortura, tortura mesmo, não vi não. De vez em quando a gente vê, ali naquelas salas do meio, parece que ali é onde prestam depoimento, ali a gente vê umas porradas, uma queimadinha de cigarro, um beliscão num peitinho. Mas tortura que a gente chama de tortura ainda não vi não.” (Ângelo *op. cit.*, p. 140)

Dos textos aqui colocados em situação de diálogo, podemos extrair diferentes finalizações para nossa temática. No caso de Skidmore, o texto caminha para uma explicação histórica da chamada descompressão: “a liberalização – explica – foi o produto de um relacionamento dialético intenso entre o governo e a oposição”. Teria havido um consenso entre militares e civis, “a favor de um retorno a um sistema político (quase) aberto”. Com a seguinte ressalva: “O que esse sistema poderia produzir para o brasileiro comum era, naturalmente, outra questão” (p.71).

Das palavras de Ângelo, traríamos um outro final. As palavras seguintes não finalizam o conto de autor, mas foram por nós escolhidas para finalizar o diálogo – aventureiro, mas nada aleatório – que estabelecemos entre os dois textos que tomamos como referência. São elas:

“Entregaram uma noiva furada para um noivo sorrindo uma senhora sem um dente para dois filhos chorando um velho de muletas para um velho de barbas um moço mancando para uma senhora gritando alegre um moço sonâmbulo para uma senhora assustada uma moça de pernas abertas para um senhor de óculos escuros uma moça de seios queimados para ninguém esperando um moço de pernas incontroláveis para o canto da calçada esperando alguém um homem de cabeça baixa para ninguém esperando um homem de costela quebrada para uma família sorrindo (...) uma coisa para uma coisa um coisa para um coisa uns coisas para uns coisas.” (p.137)

Aqui, leitor, interrompemos este diálogo que elaboramos em nosso texto. Continuaremos, entretanto, enfocando uma questão de “diálogo”. Desta vez, sob um outro prisma, que deve orientar nossas observações sobre aquilo que vimos desenvolvendo até aqui.

“falar é em grande parte deixar falar”

O fragmento acima foi extraído do artigo “Discurso, sujeito e trabalho de escrita”, do linguista Sírio Possenti (1994). Afastando um pouco a lente, ele é parte do enunciado seguinte: “Se se aceita a idéia de que o discurso é basicamente interdiscurso, então deve-se aceitar que falar é em grande parte deixar falar” (p.36).

Esta definição do discurso como interdiscurso, que aqui adotamos, remete à noção de *dialogismo* em Mikhail Bakhtin (1995; 1997). Trata-se de uma concepção que compreende a linguagem como sendo *dialogicamente* constituída, isto é, que afirma que o *diálogo* é constitutivo de qualquer fenômeno lingüístico: não um diálogo face-a-face, em que se alternam vozes de falantes diferentes, mas um diálogo que poderíamos chamar de “interno” àquilo que é enunciado por um mesmo falante.

Segundo Bakhtin, ao nos tornarmos falantes (ou escreventes), ao nos tornarmos o “eu” de um ato lingüístico, falamos as palavras dos “outros”. São palavras já ditas por outros falantes e escreventes que constituem aquilo que falamos e que constroem a possibilidade mesma de emitirmos “nossas” palavras. Ao falar, é impossível recorrer a uma palavra ou sentido jamais dito; recorreremos, portanto, a enunciados preexistentes. É na interação ativa entre o “nosso” dizer e os dizeres de “outros”, aos quais temos, de algum modo, acesso, que nos constituímos como sujeitos falantes (e escreventes).

Este fenômeno dialógico é, segundo pensamos, algo concreto e irreduzível. Mas tão palpável quanto ele parece ser a “ilusão subjetiva”, que faz com que um discurso visto como autêntico seja organizado sob a égide de um “eu” supostamente identitário. Ilusão que faz, ainda, com que o sujeito seja percebido como fonte de seus dizeres, senhor dos sentidos daquilo que diz.

Segundo Jacqueline Authier-Revuz (1990), ao falar (ou escrever) o sujeito negocia com a heterogeneidade que o constitui. Ele procura estabelecer fronteiras entre o “seu” dizer e o dizer dos “outros”. Por meio de formas marcadas – como a atribuição explícita do dizer a uma outra pessoa ou instituição,

ou a explicitação do sentido de uma palavra por meio do discurso direto relatado (Segundo “Y”, o conceito “X” significa que “Z”) – ou ainda de formas não marcadas e mais sutis – como a ironia, as aspas e itálicos não-glosados, a utilização de discursos opostos, as inumeráveis formas de retoques e comentários (em exemplos de Authier-Revuz, enunciados como “X, enfim X, se assim se quer”; “X, ou melhor Y”, “X e é bem X o que estou querendo dizer”) – um discurso demarca uma alteridade em relação a si próprio.

Delimitar um “outro”, um “corpo estranho” em relação ao discurso supostamente autêntico do sujeito falante, é uma operação ambígua: por meio dela, o sujeito (a) determina um exterior ao seu discurso procurando resguardar uma identidade para si e reforçar a ilusão de que, enquanto sujeito, tem controle sobre o seu dizer. Pode, como tal, tomar a língua como objeto e comentá-la, referir-se a dizeres que sabe pertencer a “outros” e afirmar a existência de dizeres autenticamente “seus”³. Por outro lado, (b) ao negociar com esta alteridade, ainda que procurando resguardar uma identidade, o sujeito acaba produzindo marcas da negociação de que falávamos, pistas implícitas ou explícitas do dialogismo “interno” aos enunciados de um mesmo falante.

Destacamos que as marcas delimitadoras dos “outros” ou as “marcas de distância” em um discurso, como prefere Authier-Revuz, podem revelar aspectos da constituição deste discurso,

“de um lado pelos pontos escolhidos para colocar explicitamente fronteiras, limites, demarcações – quer dizer, de que outro é preciso se defender, a que outros é preciso recorrer para se constituir – de outro lado, pelo tipo de relação que aí se joga com o outro, relação explicitada pelas glosas ou interpretável pelo contexto: há diferenciações que relevam do preciosismo cúmplice de um discurso com seus exteriores, do esforço de um discurso teórico, por exemplo, para ultrapassar a tecedura dos discursos preexistentes na qual ele é tomado e na qual ele

³ “... através de cada marca de distância, uma operação de constituição de identidade para o discurso” (Authier-Revuz 1990, p. 31).

se faz, da marcação de posição de afrontamento polêmico (...)” (Authier-Revuz *op. cit.*, p. 31).

Desse modo, se a heterogeneidade é constitutiva da linguagem, os enunciados são efeitos, ao mesmo tempo, desta heterogeneidade (do jogo entre a organização “subjativa” do discurso e as vozes “outras” que constituem o discurso “subjetivo”) e da maneira como ela é representada no discurso. Explico: a demarcação de fronteiras entre o discurso do “eu” e do “outro” pode ser mais ou menos flexível, pode procurar assegurar a identidade subjativa de modos bastante diversos, pode, inclusive, colocar em risco essa identidade (como no uso de formas não marcadas da heterogeneidade mostrada, como a ironia, a metáfora e os jogos de palavras, que seriam, segundo Authier-Revuz (*op.cit*, p.34), um modo mais arriscado de negociação com a heterogeneidade constitutiva porque “joga com a diluição, com a dissolução do outro no um, onde este, precisamente aqui, pode ser enfaticamente confirmado mas também onde pode se perder”). Como exemplo de discurso que renunciaria a toda proteção diante da heterogeneidade constitutiva, tentando “o impossível ‘fazer falar’”, a autora cita Mallarmé.

Nossa incursão por essas reflexões se deve à seguinte hipótese: se, como dizíamos, já há algumas páginas, parece-nos possível observar a existência de uma relação bastante diferente entre discurso, cotidiano e verdade nos textos ficcional e historiográfico, parece-nos também possível referir esta afirmação a uma outra. A saber, a de que o modo de negociar com a heterogeneidade constitutiva do discurso e o modo de representar, no discurso, esta negociação, pode ser revelador quando nos propomos a uma comparação entre o discurso literário ficcional e o historiográfico.

A seguir, procuraremos destacar alguns traços do que acabamos de dizer, nos textos com os quais vínhamos trabalhando. Adiantamos, porém, que apesar de termos recorrido a uma reflexão lingüística para podermos explicitar o modo como concebemos o discurso e a direção de nossas observações, não pretendemos realizar uma análise tipicamente lingüística. O que o

leitor acompanhará a seguir pode ser pensado como uma primeira aproximação em relação aos textos trabalhados, no que diz respeito à questão da heterogeneidade constitutiva do discurso. Passemos a ela.

“... É O DISCURSO NO DISCURSO, A ENUNCIÇÃO NA ENUNCIÇÃO,

mas é, ao mesmo tempo, um discurso sobre o discurso, uma enunciação sobre a enunciação” (Bakhtin, 1995: 144). É assim que Bakhtin define o discurso citado ou o “discurso de outrem”. Para o autor, trata-se de uma relação ativa de uma enunciação a outra, uma reação da palavra à palavra, refletindo “tendências básicas e constantes da recepção ativa do discurso de outrem” (p.146). Uma relação constitutiva de qualquer enunciação.

O que faremos a seguir é um levantamento inicial de padrões ou tendências da negociação com a heterogeneidade constitutiva nos discursos ficcional e historiográfico que tomamos como referência neste ensaio. Nossa questão inicial é *de que modo se organiza o “deixar falar”?* naqueles discursos, podendo desdobrar-se em duas questões mais específicas: *a quem é permitido falar?* e *de que modo os discursos “outros” são demarcados como tais, isto é, de que modo se estabelecem as fronteiras entre o “eu” e os “outros”?*

Para tanto, analisaremos fragmentos já parcialmente registrados dos textos “A casa de vidro”, de Ângelo (1980), e “A lenta via para a democratização: 1974-1985”, de Skidmore (Skidmore 1988). O que se segue, lembramos, é uma primeira aproximação neste sentido, feita com base em uma pequena amostra (tanto no que se refere a um universo literário e historiográfico do qual os autores fazem parte, como no que se refere aos textos como um todo).

Tenhamos atenção ao seguinte fragmento:

“A presidência de Médici foi a mais autoritária desde 1964. Apesar do fato de se fazer eleições, e do Congresso continuar funcionando (com a suspensão de 1969 a 1971, quebrada apenas para ratificar a sucessão de Médici no começo de 1970), o Brasil estava sob o controle das for-

ças de segurança, que travavam uma batalha com vários movimentos de guerrilha. Mesmo depois que as guerrilhas foram liquidadas sem misericórdia, os procedimentos arbitrários e as práticas ditatoriais continuaram. Assim mesmo, o presidente Médici conquistou uma legitimidade parcial *de facto* junto aos membros das classes média e alta, em razão dos índices recorde de crescimento econômico e do estabelecimento da ‘lei e da ordem’.

Os anos Médici terminaram com o governo aparentemente mais forte do que em qualquer outra época desde 1964. A ameaça armada da esquerda fora liquidada – os guerrilheiros estavam na prisão, no exílio ou mortos. A economia expandia-se, com um índice de crescimento em 1973 de 14%, o mais alto de qualquer ano desde 1928. O Brasil parecia ser o modelo para aqueles que buscavam o segredo do crescimento econômico no Terceiro Mundo. Não obstante esse aparente sucesso, mudanças importantes estavam em gestação.

Um grupo de oficiais militares vinha defendendo, já há algum tempo, a necessidade de retornar ao estado de direito. Eles se identificavam bastante com o antigo presidente Castelo Branco (morto num acidente aéreo apenas alguns meses após deixar o cargo em 1967) e sua intenção original declarada de retornar tão logo quanto possível ao governo constitucional. Destacando-se nesse grupo, o general Golbery do Couto e Silva, chefe da Casa Civil de Castelo e membro-chave da ‘Sorbonne’ militar, desejava modernizar o Brasil rapidamente.” (Skidmore *op. cit.*, p.29-30)

Podemos, inicialmente, notar que o discurso acima tem como uma de suas principais características um fortalecimento do referente (aquilo de que se fala) diante do remetente (aquele que fala) e do destinatário (aquele para quem se fala). Considerando essas três instâncias como inseparáveis e constitutivas de qualquer discurso, lembramos, porém, que o jogo entre elas se dá diferentemente nos discursos, podendo produzir um efeito de “predominância” ou hipertrofia de uma dessas instâncias em relação às outras⁴. É este,

⁴A esse respeito, cf. Corrêa 1994.

pensamos, o caso no texto do historiador T. Skidmore e, de modo geral, em textos acadêmicos que se encaixam ao padrão da narrativa científica dita “neutra” e “objetiva”, que apenas deixaria falarem os fatos.

Este fortalecimento do *aquilo de que se fala* diante de outras instâncias do discurso pode estar intrinsecamente relacionado à crença (ou aos padrões discursivos por ela instituídos) de que, descoberta a verdade dos fatos, que seriam elementos concretos da realidade, o narrador (no caso, o historiador) deveria apenas organizá-los no interior de seu discurso, conduzindo sua argumentação com base naquela que seria a verdade histórica dos fatos. Está ancorado, assim, em um tipo específico de *regime da verdade*, aquele que estabeleceu o padrão para uma ciência histórica objetiva e que poderíamos datar da segunda metade do século XIX.

Esta primeira observação pode nos conduzir a uma outra. A saber, a de que há na narrativa do historiador um esforço para a elaboração de um fluxo discursivo coerente e, portanto, independente de conflitos de sentido (que poderiam ser introduzidos, por exemplo, “deixando falar” sujeitos que se transformam apenas em efeitos da referencialização no discurso, tendo espaço na medida em que são considerados parte integrante dos fatos relatados). Um enunciado como “A presidência de Médici foi a mais autoritária desde 1964” adquire estatuto concreto de fato, não precisando ser remetido a qualquer voz “outra” que o enuncie, já que a garantia de verdade está (1) na autoridade enunciativa do historiador e (2) no modo como um “enunciado-fato” vai se ancorando e sendo ancorado por outros enunciados.

O enunciado sobre o autoritarismo da presidência de Médici é justificado pelo enunciado “O Brasil estava sob o controle das forças de segurança, que travavam uma batalha com vários movimentos de guerrilha”, mas parece ganhar ainda mais força quando o leitor passa a este enunciado: “Mesmo depois que as guerrilhas foram liquidadas sem misericórdia, os procedimentos arbitrários e as práticas ditatoriais continuaram”.

Do mesmo modo, o enunciado “Os anos Médici terminaram com o governo aparentemente mais forte do que em qualquer outra época desde 1964” encontra sustento nos enunciados que o seguem e que afirmam o crescimento econômico e a vitória sobre os guerrilheiros inimigos.

Assim, o discurso que tem como condição para seu sucesso a afirmação implícita de que a verdade está fora do discurso (uma verdade-objeto, apenas descoberta e relatada) tem, por outro lado, um jogo interno em que, de fato, se estabelece a possibilidade de verossimilhança (um enunciado, que remete a outro que o afirma, que remete a outro... sempre sustentados por um fluxo discursivo que procura obter o efeito de coerência). Para que esse efeito de verdade seja vitorioso, possíveis sujeitos (e seus enunciados potenciais) adquirem, como dizíamos, a cor cinzenta dos “fatos” e ganham o estatuto de entidades históricas, aos nossos olhos pouco concretas, como “classe média”, “guerrilheiros”, “grupo de oficiais militares” ou militares “linha-dura” e militares “moderados”, todas bastante recorrentes no texto e que, colocadas em interação no discurso, produzem o fluxo argumentativo predominante.

E se são os próprios fatos a falar, o jogo com a heterogeneidade constitutiva do discurso parece não ser muito explícito, já que encolhem-se não apenas as vozes dos “outros”, mas também a voz do “eu”. Ainda assim, poderíamos apontar, por exemplo, para o fato de que as categorias “linha-dura” e “moderados”, utilizadas inúmeras vezes para tratar das questões políticas gerais do regime por meio do que seria uma tensão interna aos grupos militares, são sempre utilizadas entre aspas, garantindo um distanciamento do enunciador em relação àquilo que é enunciado. O mesmo ocorre com o termo “Sorbonne” ou com a expressão “(da) lei e da ordem”⁵. Poderíamos per-

⁵ Os termos entre aspas remetem, em sua maioria, a enunciados comuns no meio militar. Essa constatação pode nos remeter ao “a quem é permitido falar” simultaneamente ao “de quem é preciso se distanciar” de Authier-Revuz. Se são estas as vozes permitidas, é preciso também manter o padrão discursivo da neutralidade observadora.

ceber uma demarcação da alteridade no discurso também no seguinte enunciado, que completa o relato de que um grupo de oficiais militares defendia a necessidade do retorno ao estado de direito, identificando-se com o presidente já morto, Castelo Branco, e com “sua intenção original *declarada* de retornar tão logo quanto possível ao governo constitucional”, em que o termo por nós grifado pode ser visto como inserindo um enunciado já dito (mas não reproduzido de forma direta). Poderíamos fazer o mesmo tipo de observação quanto a este enunciado: “O Brasil *parecia* ser o modelo para aqueles que buscavam o segredo do crescimento econômico no Terceiro Mundo. Não obstante esse *aparente* sucesso, mudanças importantes estavam em gestação”, em que os termos por nós grifados, “parecia” e “aparente”, podem ser vistos como marcas de uma cisão enunciativa em que são consideradas, simultaneamente, a afirmação de que há sucesso e a de que o sucesso é aparente: mais uma marca da negociação com a alteridade que, entretanto, ao procurar reforçar a existência de uma verdade factual independente do discurso (ou dos diversos discursos que poderiam existir sobre o referente em questão), procura apagar enunciados “outros” que poderiam povoar o texto, tendo assim, como um de seus efeitos, a busca do apagamento do próprio enunciatador.

Lembramos ainda que o texto de Skidmore não traz citações entre aspas de vozes de quaisquer dos personagens de sua trama. Isto poderia ser entendido como um modo de negociação que integra a heterogeneidade, tendo, portanto, uma necessidade menor de demarcá-la. Nós, entretanto, compreendemos este efeito de outro modo. Entendemos que é mais um efeito do deslizamento do discurso em direção ao fortalecimento do referente (a uma suposta objetividade), que torna desnecessário deixar falar esses personagens, já que eles interessam à trama, como já havíamos dito, apenas na medida em que integram os fatos e sua verdade.

É preciso lembrar, ainda, que os personagens históricos e os atos a eles atribuídos (“Médici conquistou”, “Golbery do Couto e Silva desejava”)

indicam que o fluxo discursivo vai se construindo, em grande parte, por meio de um efeito de unicidade adquirido pelo que poderíamos chamar de um olhar “oficial” ou “macro-político” para os anos da ditadura militar. Este foco predominante constitui, em grande parte, o jogo narrativo e as “verdades” para as quais conduz o leitor.

Limitemo-nos, por enquanto, a estas observações sobre o artigo do historiador Thomas Skidmore. Dirijamos agora nosso olhar ao texto de Ivan Ângelo, do qual destacamos o seguinte fragmento:

– Depois que começaram a falar na televisão, no noticiário, vem mais gente. Sábado e domingo fica lotado.

– É sempre um programa, né?

– Fazer o que? É de graça. A gente gasta menos do que no aeroporto.

– Meus meninos vivem pedindo pra ir.

– No aeroporto?

– É.

– Melhor. Pra menino é melhor.

– Levei não. Um médico na televisão falou que faz mal pro ouvido.

(...)

(Ruído)

– Um cachorro-quente e um guaraná.

– Um pra mim também.

– Guaraná?

– Cachorro-quente.

– Ai, que fome.

– O jornal falou que tem tortura aí. Dá pra ver alguma coisa?

– Eu não vi. Tortura, tortura mesmo, não vi não. De vez em quando a gente

vê, ali naquelas salas do meio, parece que ali é onde prestam depoimento, ali a gente vê umas porradas, uma queimadinha de cigarro, um beliscão num peitinho. Mas tortura que a gente chama de tortura ainda não vi não.

O Experimentador:

– É a hora do grande passo. Os senhores vêem que a estrutura está toda pronta. É a hora de mostrar tudo! De fora a fora. Esta é a hora!

A grande jóia afinal acabada e lapidada. Olhos vidrados na sua beleza cristal. E aquela impudica virtude das cristaleiras: mostrar impedindo, oferecer negando, dar tirando.

Agora, de certos ângulos, com um golpe de vista, podia-se atravessar todo o edifício: nenhum tijolo, cimento, cal: só vidro e aço. Com o tempo, os olheiros aprenderam a separar as categorias dos habitantes da Casa de Vidro em camadas de

transparências: os parentes, os presos já interrogados, os que estavam sendo interrogados, os funcionários em seus aposentos. Era essa a estrutura, depois de pronta.

transparências:
 transparências:
 transparências:
 transparências:
 vitral vivo
 visões triplexas
 a forma informa
 o choc do choque
 vitríolo no vértice
 verso e anverso
 a força deforma
 o ai do pai
 vertigem
 o olho deságua
 o bago do olho
 a face desfaz-se
 no ventre da filha
 na coxa na concha
 o fio desfia
 o pão da pancada
 (...)

O Experimentador:

– O título é A Nação Hipnotizada. ‘Nós que por definição e missão somos interpretadores dos fatos sociais e a quem caberia trocar em miúdos para os leitores os confusos acontecimentos da lida humana, estamos desta vez tão incapacitados de compreender quanto a Nação. Os senhores viram na televisão: um homem estropiado, visivelmente alquebrado pelos maus-tratos que todos puderam ver na Casa de Vidro, foi apresentado à Nação como sadio; com isso quiseram demonstrar que ele, depois de passar por aquele cordial tratamento, está bem e lampeiro. E é então que a inteligência fraqueja, ou é a lógica que se ausenta. Por que negar na televisão o que se pode ver na vidraça da Casa de Vidro? Aqui parecem conviver duas realidades, e estamos perplexos porque elas não se encaixam (...)’

(...)

– No mesmo jornal encontramos a entrevista desse sociólogo inglês. Diz ele: ‘Eu creio que ocorre nesse caso um processo coletivo de busca da saúde. A sociedade é como todo organismo vivo: evita a doença

criando um sistema de anticorpos. E nesse caso de extrema angústia em que a sociedade foi colocada, procurar enganar-se é uma busca de saúde; fingir que não vê seria não entrar no jogo deles. Porque ela não poderia ter esses fatos na consciência e se manter sadia, não poderia saber o que sabe e se manter imóvel sem entrar num processo de deterioração; mas, finalmente, ela não poderia ser controlada se já não estivesse deteriorando-se, alimentando-se de angústia nos muros da Casa de Vidro e aliviando-se na televisão.’ (Ângelo *op.cit.*, p. 140-143)

Iniciamos nossas observações sobre este discurso pela assunção de um fato óbvio: seu estatuto ficcional. Mas o que a diferenciação entre o historiográfico e o ficcional envolve, no que diz respeito a este nosso ensaio? Em primeiro lugar, lembramos que o texto historiográfico se propõe a relatar o que seriam verdades históricas: e esta é uma espécie de compromisso que perpassa a relação entre as três instâncias de que falávamos há pouco, isto é, *quem fala, para quem fala e de que se fala*. O texto ficcional, por outro lado, é construído em uma relação bastante diferente com o real e com a verdade. Por mais que remeta a um momento histórico particular ou tenha suas condições históricas concretas de produção (o texto de Ângelo foi escrito no Brasil do final dos anos 70, o autor trabalhava como jornalista, havia uma censura oficial bastante ativa às artes em geral e à imprensa etc.), não se propõe à construção de um referente “colado” à chamada realidade. Suas relações com esta realidade são de outro tipo e podem ser construídas de inúmeras maneiras.

Segundo Lígia Chiappini de Moraes Leite (Leite 1994), a vantagem da ficção em relação à história é justamente a de assumir sua fragilidade e não tentar “escamotear uma determinada visão da realidade sob a máscara da verdade” (p.78). Isto permite, por exemplo, que a trama do conto de Ângelo se faça em torno da construção de uma “Casa de Vidro” e que, como efeito desta alegoria, nossa *leitura* possa fazer dela a ditadura militar, ou formas contemporâneas de esquadramento do cotidiano, como diria Foucault, ou ainda uma *leitura* de algo como uma convivência histórica do brasileiro com o autoritarismo (que, se quisermos, pode construir um arco temporal entre a

contemporaneidade e as práticas de escravidão em séculos anteriores, sugerido pela epígrafe do próprio Ângelo ao conto, que fala de sacrifícios no pelourinho). Poderíamos relacionar o conto de Ângelo, por exemplo, à música “Hino de Duran”, de Chico Buarque, escrita também em 1979⁶, por meio de uma leitura foucaultiana que veria na ditadura um tipo de “microfísica do poder” ou de esquadrinhamento como o que citamos, ou mesmo por uma aproximação cronológica entre as duas obras. Os sentidos atribuídos ao conto poderiam se multiplicar ainda mais – e o jogo narrativo-alegórico permite esta multiplicidade.

Do mesmo modo, parece permitir uma multiplicidade maior de vozes (e de sentidos), compondo o discurso e seu efeito interno de verossimilhança. No texto temos, por exemplo: (1) a voz do Experimentador, com uma espécie de discurso oficial sobre a Casa de Vidro (sobre a tortura? sobre as prisões arbitrárias? sobre a observação invasiva da vida das pessoas? sobre a necessidade da ordem e da lei?); (2) enunciados configurados como “poesia concreta” (que talvez possamos entender como uma visão diversa – fria e dolorosa – dos mesmos aspectos a que podem estar se referindo os enunciados atribuídos ao Experimentador); (3) enunciados descritivos, em que há um narrador em terceira pessoa relatando a situação atual da Casa de Vidro; (4) vozes daquelas que poderíamos chamar de pessoas “comuns”, que funcionam no texto como espectadores dos procedimentos da Casa, dando ou não sustentação ao projeto (nelas, podemos ler enunciados bastante cotidianos, como aqueles que poderíamos nós mesmos enunciar jantando em nossas casas ao mesmo tempo em que assistimos a um noticiário televisivo sobre a

⁶ A música traz as seguintes passagens: “Se tu falas muitas palavras sutis/E gostas de senhas, sussuros, ardis/A lei tem ouvidos pra te delatar/Nas pedras do teu próprio lar//Se trazes no bolso a contravenção/Muambás, baganas e nem um tostão/A lei te vigia, bandido infeliz/Com seus olhos de raio-x//Se vives nas sombras, frequentas porões/Se tramassaltos ou revoluções/A lei te procura amanhã de manhã/Com seu faro de dobermann (...)”. Foi produzida para a versão paulista da peça *Ópera do Malandro*, do mesmo autor.

morte de adolescentes na Febem de São Paulo; podemos nos imaginar dizendo “Me passe o catchup/Mas que horror/E o Estado, não vai se responsabilizar por isso?!/É inacreditável.../Me passe o pão/Que horror!”); (5) vozes que compõem um discurso identificado como sendo de um editorial de imprensa e que pode ser, de maneira genérica, pensado como uma presença tipificada do discurso da imprensa no conto e (6) vozes que compõem um discurso identificado como sociológico e que pode ser pensado como a presença tipificada de um discurso intelectual, acadêmico, das ciências sociais.

Já nesta primeira aproximação, o “eu” escrevente do texto (o enunciadador-autor) se desdobraria em pelo menos seis enunciadores diferentes. Uma análise lingüística mais atenta certamente apontaria para outras vozes presentes no texto, mesmo que se limitasse ao fragmento selecionado.

Podemos, então, em um esforço comparativo, dizer que, ao menos neste caso, o texto ficcional parece “deixar falar” uma diversidade maior de vozes do que o texto historiográfico. Não queremos dizer que esse “deixar falar” não esteja presente nos dois textos: antes, consideramos a heterogeneidade como sendo constitutiva de qualquer enunciado, por mais simples que seja. Ocorre, no entanto, que temos nos dois textos modos diferentes de lidar com a constituição heterogênea do discurso.

Além da diferença que poderíamos chamar simplificadamente de “quantitativa”, temos também uma diferença “qualitativa”. A particularidade do modo de negociação com a heterogeneidade nos textos não está apenas no fato de que um parece “deixar falar” uma multiplicidade de vozes, enquanto o outro parece procurar, em seu texto, um efeito semelhante ao de um coro em que as vozes não possam destoar, procurando um tom unívoco. Esta particularidade pode ser constatada também quando nos perguntamos *a quem o texto permite falar*.

Se no texto de Skidmore, indiretamente, as vozes oficiais das forças de segurança, de Golberys e de Geisels, parecem se misturar a um certo discurso acadêmico histórico-sociológico, predominando juntos na narrativa

que se constrói, no conto *A casa de vidro* isso se dá de forma bem diferente. Há, no conto, um fio narrativo-argumentativo que potencializa certas leituras; mas há, inegavelmente, um jogo entre vozes que introduzem sentidos diferentes para os “fatos” presentes no texto, um jogo arriscado que pode permitir leituras que se contraponham ao que nós vemos como leituras mais “acertadas” do texto ou até mesmo à leitura “pretendida” pelo autor⁷.

Acreditamos que, no caso desse texto específico, o “dar a voz” à multiplicidade, junto a sua configuração alegórica, tem como efeito um mosaico de sentidos que, sem invalidar sua verossimilhança, permite em maior grau a alteridade no discurso, o que perpassa, como no caso do discurso anterior, a relação entre *quem fala, para quem fala e de que se fala*. A configuração entre essas instâncias parece se dar de maneira mais fluida e é justamente no modo – relativamente aberto – dessa configuração que vão se definindo imagens possíveis para o referente. Não queremos dizer que não haja fluidez ou imprevisibilidade na leitura do texto historiográfico, mas, sim, que esse tipo de texto procura manter uma “coerência” discursiva que diminua os “riscos” de que o sentido buscado – e talvez imposto – se esfaçele e de que sua “verdade” seja vista como uma percepção subjetivo-histórica do real.

Em sala de aula... deixando falar

Acreditamos que as particularidades no modo de negociação com a heterogeneidade nos discursos ficcional e historiográfico tenham efeitos concretos na relação que se estabelece entre esses discursos, o poder, a verdade e o cotidiano. Pensamos também que esses efeitos se estendem de modo particular em um uso didático desses dois tipos de discurso.

⁷ Uma aluna matriculada em disciplina do curso de graduação em História da Unicamp fez a seguinte leitura do conto de Ângelo: as prisões e demais violências eram ruins, mas necessárias porque havia muita agitação e desordem. Como leitora, vejo no texto, diferentemente, um sentido predominante que é o de tornar visíveis tanto os procedimentos arbitrários de um governo autoritário quanto a indiferença ou mesmo sustentação dada pelas pessoas em geral (talvez a entidade “classe média”, de Skidmore) a esses procedimentos.

Quanto à primeira afirmação, nossas observações anteriores apontaram, ainda que de maneira incipiente, para uma multiplicidade maior de vozes e sentidos na configuração do texto ficcional, contrapondo-se ao que nos parece ser uma tentativa de unicidade e coerência no texto historiográfico a que nos referimos. Do mesmo modo, e talvez intrinsecamente relacionado ao tipo de negociação que se estabelece com a alteridade nos discursos, observamos que o texto ficcional permite a existência de um cotidiano feito de pequenas opiniões e de ínfimas existências, bastante afastadas das grandes narrativas historiográficas sobre o período de que tratamos (que, em geral, enunciam uma cronologia macro-política ou tratam do que foi a oposição organizada ou a oposição artística à ditadura militar).

Defendemos que o uso didático conjunto de textos ficcionais e historiográficos como os que são utilizados neste ensaio pode colaborar para que o “fazer falar” aconteça de forma mais eficiente em sala de aula. Se o ato de dar voz aos outros é tão importante para a conversação ou para a escrita, parece-nos ser, do mesmo modo, crucial para a imaginação histórica (e, é claro, para a escrita histórica). Assim, um ensino/aprendizado que considere a história como uma concretude heterogênea, em que a coerência de sentidos não é mais do que um efeito da escrita historiográfica e talvez de certos tipos de memória que vão se firmando socialmente, pode realizar mais efetivamente esse “deixar falar”.

Referindo-se ao ensino/aprendizado da escrita, o lingüista Sírio Possenti (1994), já citado anteriormente, nos diz que a escola deve propor como objetivo “criar condições para que o aluno possa constituir-se em autor, segundo um modelo que dê voz a todos os discursos”. Esta concepção se justificaria pelas seguintes razões: “primeiro, porque é esse o funcionamento institucional normal dos discursos em sociedades organizadas – o artista rebelde não é certamente produto da escola; segundo, porque isso seria até democrático – dar voz a outros, mesmo que para refutá-los; terceiro, porque isso é possível – e não é necessário ficar esperando ou exigindo a originalidade certamente impossível,

mas apenas a capacidade de ordenar, organizar, dar diversos pesos a discursos correntes e citáveis segundo as circunstâncias” (p.36).

Fazemos nossa a proposta de Possenti: se a história é uma escrita, pode, como tal, ser uma escrita que se proponha a enunciar o múltiplo. E isso talvez possa ser, em grande parte, aprendido com a escrita ficcional.

É em sala de aula, acreditamos, que uma concepção da história como sendo fundamentalmente múltipla e heterogênea pode dar sustentação e estímulo para que formemos “autores” no sentido apontado por Possenti. Não apenas autores-historiadores, mas indivíduos que estabeleçam uma relação de menor pânico entre o dizer subjetivo e a alteridade cotidiana e histórica. Enunciadores que saibam “deixar falar” sem perder de vista a responsabilidade pelas histórias que configuram ao organizar, subjetivamente, as vozes dos outros.

Bibliografia

ÂNGELO, Ivan. *A casa de vidro: cinco histórias do Brasil*. 2ª ed., São Paulo, Livraria Cultura Ed., 1980.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de e WEIS, Luiz. “Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar” IN: NOVAIS, Fernando e SCHWARCZ, Lilia M. *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, pp. 319-410.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. “Heterogeneidade(s) enunciativa(s)” (Trad. de Celene M. Cruz e João Wanderley Geraldi). *CADERNOS de Estudos Lingüísticos*, Campinas, n. 19, pp. 25-42, 1990.

BAKHTIN, M. (Volochinov, V.N.). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo, Hucitec, 1995.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 2ª ed. São Paulo, Martins Fontes, 1997.

CORRÊA, Manoel Gonçalves. "Questões de linguagem: jornalismo, história e lingüística". *Alfa*, São Paulo, v.38. Ed. da Unesp, 1994.

FOUCAULT, Michel. "A vida dos homens infames" IN: *O que é um autor*. 3ª ed. Lisboa, Vega/Passagens, 1992, p. 89-128.

LEITE, Lígia Chiappini Moraes. *O foco narrativo (ou A polêmica em torno da ilusão)*. 7ª ed. São Paulo, Ática, 1994.

POSSENTI, Sírio. "Discurso, sujeito e o trabalho de escrita". *Séris-Encontros*. Publicação do curso de pós-graduação em Lingüística e Língua Portuguesa. Campus de Araraquara, ano VIII, n.1, Unesp, 1994.

SKIDMORE, Thomas. "A lenta via brasileira para a democratização" IN: STEPAN, Alfred (org.). *Democratizando o Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p.25-134.